CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 113
Março| Abril 2023
Directora: Adélia Vilas Boas

Voz da Terra

EXIGIMOS
PREÇOS JUSTOS PARA QUEM PRODUZ



CADERNO TÉCNICO
DIETA MEDITERRÂNICA

Co-financiado por:
PDR 2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas Zonas Rurais

SUMÁRIO



.03 **EDITORIAL**
Reafirmamos a defesa de Abril e da Constituição

.04 **DESTAQUE**
Preços justos para agricultores e consumidores

.08 **NOTÍCIAS**
Assembleia Geral da CNA
25 de Abril, sempre!

.09 **CADERNO TÉCNICO**
Dieta Mediterrânica: muito mais do que alimentação saudável!

.22 **BOLETIM DE PREÇOS**

.25 **NOTÍCIAS**
Produtores do Vale do Pranto manifestam-se em Lisboa

.26 **NOTÍCIAS**
Agricultores de Leiria em diversas iniciativas
ADACB esclarece agricultores da região

.28 **NOTÍCIAS**
Março é mês de luta das mulheres

.29 **NOTÍCIAS**
Dia Internacional das Florestas

.30 **INTERNACIONAL**
17 de Abril: Dia Internacional da Luta Camponesa

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO CNA – Confederação Nacional da Agricultura **NIF:** 500817812 **Morada / Sede da Redacção** Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 | COIMBRA **Tel.:** 239 708 960 **E-mail:** cna@cna.pt **URL:** www.cna.pt **DELEGAÇÃO EM LISBOA** Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº | 1100-288 LISBOA **DELEGAÇÃO EM VILA REAL** Rua Marechal Teixeira Rebelo, Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158 | 5000-525 VILA REAL **Tel.:** 259 348 151 **Fax:** 259 348 153 **E-mail:** cnavreal@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM ÉVORA** Rua 5 de Outubro, 75 | 7000-854 ÉVORA **Tel.:** 266 707 317 **E-mail:** ruralentejo@sapo.pt **DELEGAÇÃO EM BRUXELAS** Rue Grisar 38, | 1070 Anderlecht, BRUXELAS **Tel.:** 0032 22173112 - 0032 22184509 | **Título** Voz da Terra **Directora** Adélia Vilas Boas **Fotos** Arquivo da CNA **Redactores da Separata** *"Caderno Técnico"* Ângela Dias, Cristiana Lopes e Rita Paiva **Periodicidade** Bimestral **Tiragem** 10 000 exemplares **Depósito Legal** N.º 117923/97 **Registo na ERC** 123631 **Composição, Paginação e Impressão** Traços Hábeis Unipessoal, Lda **Sede do impressor** Ed. Maquijig - Pq. Industrial das Carrascas, 2950-402 Palmela
Os textos assinados são da responsabilidade dos autores Estatuto Editorial Disponível em: http://www.cna.pt

A **CNA** está filiada na **Coordenadora Europeia Via Campesina**

CNA
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

EDITORIAL

Reafirmamos a defesa de Abril e a luta pelo cumprimento da Constituição da República Portuguesa!

"Na prossecução dos objectivos da política agrícola o Estado apoiará preferencialmente os pequenos e médios agricultores, nomeadamente quando integrados em unidades de exploração familiar.", Artigo 97.º da Constituição da República Portuguesa

Abril é mês de celebrar, com alegria, esperança e combatividade, datas importantes que abriram caminho à melhoria das condições de vida e de trabalho dos pequenos e médios agricultores, das populações rurais e do povo em geral.

A "Revolução dos Cravos" de 25 de Abril de 1974 descerrou as portas à conquista de direitos e permitiu melhorar a vida dos trabalhadores e do povo, como no acesso à educação e à saúde, e trilhar o caminho para o desenvolvimento do país.

Uma das grandes conquistas de Abril foi a Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976, que consagra importantes direitos para os pequenos e médios agricultores das explorações agrícolas familiares e para as suas organizações.

A perspectiva progressista plasmada na Constituição é a cada dia mais ameaçada por políticas que privilegiam o agronegócio e os grandes poderes económicos e financeiros, incentivando a acumulação de lucros e a depredação de recursos, à custa da eliminação das explorações agrícolas familiares e do empobrecimento da população, pequenos e médios agricultores incluídos.

É neste contexto que continua hoje muito necessária a luta da CNA e Filiadas contra a discriminação da Agricultura Familiar nas políticas públicas, incluindo no plano estratégico da Política Agrícola Comum (PAC) para Portugal, contra as desigualdades na distribuição de valor ao logo da cadeia agroalimentar, contra o esmagamento dos preços na produção, contra a desertificação humana e delapidação dos recursos dos territórios rurais.

É muito necessária a luta da CNA e Filiadas contra a discriminação da Agricultura Familiar nas políticas públicas, incluindo no plano estratégico da Política Agrícola Comum (PAC) para Portugal.

Pelo cumprimento do Artigo 97.º da Constituição, a CNA e Filiadas continuarão persistentes na luta pela concretização plena do Estatuto da Agricultura Familiar, enquanto instrumento capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento das pequenas e médias explorações agrícolas, para o direito a uma alimentação saudável e para a justiça económica e social.

Esta é uma luta que integramos no plano mais amplo. A nível internacional, integrados na Via Campesina, celebramos o 17 de Abril, Dia Internacional da Luta Camponesa. Com base nos princípios da solidariedade internacional e da Soberania Alimentar, continuaremos firmes, persistentes e organizados, em defesa dos direitos dos camponeses e das camponesas, em defesa da Soberania Alimentar, fazendo frente à mundialização da política e do comércio agrícolas e à crescente agressão das multinacionais à Agricultura Familiar!

O Executivo da Direcção da CNA



Exigimos preços justos para quem produz

ALIMENTOS DE QUALIDADE E ACESSÍVEIS À POPULAÇÃO, CONTRA A "DITADURA" DA GRANDE DISTRIBUIÇÃO!

No início de Março, acções da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) realizadas em grandes superfícies comerciais deram conta de margens de lucro na ordem dos 50% em alguns produtos agrícolas (43% nos ovos, 45% nas febras de porco, 45% nas cenouras, 48% nas laranjas e 52% nas cebolas).

Os dados revelados confirmaram uma situação que há muito a CNA tem denunciado e para a qual tem exigido uma solução urgente.

Mas o Governo continua a "empurrar com a barriga" a resolução deste problema gravíssimo que tem contribuído para o empobrecimento dos agricultores e dos consumidores, recusa-se a regular o mercado e a enfrentar o poder das grandes cadeias de distribuição e comercialização.

Por sua vez, alguns intervenientes na cadeia agroalimentar cedo se apressaram a sacudir a água do seu capote para as costas dos agricultores – e com a conivência do Governo. Mas o problema não está do lado dos agricultores e basta pôr os dados em cima da mesa.

ESTÃO A ENCHER OS BOLSOS, MAS OS AGRICULTORES E OS CONSUMIDORES TÊM CADA VEZ MAIS DIFICULDADES!

Entre Janeiro de 2021 e Dezembro de 2022, segundo o Insti-



tuto Nacional de Estatística (INE), o índice de preços dos factores de produção na agricultura subiu 48,4% e o índice de preços ao produtor subiu 38,6%. Nestes dois anos, os preços pagos ao agricultor não compensaram o aumento dos custos de produção e os agricultores serviram de almofada para conter a inflação dos bens alimentares.

O rendimento da actividade agrícola desceu 11,8% em 2022, segundo o INE.

Por cada 100 € que o consumidor paga pela sua comida, apenas 24 € vão para o agricultor, que daqui suporta elevados custos de produção, revela o Eurostat.

Oito grandes grupos económicos dominam mais de 80% do comércio a retalho dos bens alimentares e, para além do domínio que já detêm na distribuição e comercialização, vão monopolizando toda a cadeia com alguns a operarem já nas áreas da transformação e da produção.

As empresas detentoras das duas maiores cadeias de hipermercados viram os seus lucros aumentarem 200 milhões de euros em 2022.

Como é que se explica que o rendimento dos agricultores baixe, os consumidores percam poder de compra, levando ao maior corte de sempre no consumo de bens alimentares, mas que os lucros da grande distribuição aumentem nestes dois anos de crise para a maioria dos cidadãos portugueses?

Explica-se, por exemplo, olhando para os preços praticados na produção e no consumo, como mostram os boletins de preços que temos publicado na Voz da Terra (página 23), em que as diferenças de valores chegam a ser superiores a 400%.

IVA A 0%: UM NEGÓCIO BOM PARA ALGUNS

A CNA cedo alertou que as notícias vindas a público, na sequência da acção da ASAE, não podiam ser apenas "fogo de vista" e que deviam conduzir à adopção de medidas para impedir que engordem os bolsos de alguns à custa do empobrecimento de agricultores e consumidores.

Mais uma vez temos o exemplo de que o mercado não se auto-regula e que em Portugal reina a lei do mais forte, sendo por isso necessário que para além de prosseguir com as actividades de fiscalização se garanta regulamentação eficaz para impedir que a grande distribuição continue a esmagar agricultores e consumidores, e para isso basta vontade política.

Contudo, o Governo escolheu outro caminho para fazer de conta que resolve o problema.

Tendo encetado negociações com os diversos intervenientes na cadeia agroalimentar, a meio do processo o Governo, unilateralmente, arredou da mesa das negociações a CNA e os parceiros sociais da PARCA – Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Agroalimentar, para fechar um acordo "em directo" com apenas dois representantes dos sectores envolvidos.

PORQUE A CNA NÃO SUBSCREVEU O "ACORDO"?

1. Foi negociado apenas entre quem o assinou
2. Culpa os agricultores pelo aumento dos preços
3. Não tem medidas para reduzir os preços dos factores de produção
4. Não exige nenhum sacrifício à grande distribuição
5. Não garante apoios para a pequena e média agricultura
6. Não garante o alívio às famílias, nem uma distribuição justa do valor da cadeia agroalimentar, do agricultor ao consumidor
7. Não valoriza a produção nacional, porque boa parte daqueles produtos são importados



A CNA E FILIADAS RECLAMAM:

- Regulação do mercado e dos preços de produtos alimentares e factores de produção
- Compra conjunta de factores de produção para entrega aos produtores a preço justo
- Uma lei que proíba vendas com prejuízos ao longo de toda a cadeia produtor-consumidor
- Mecanismos que garantam transparência na cadeia agro-alimentar
- Fiscalização da actividade da grande distribuição
- Controlo e limitação das importações desnecessárias
- Abastecimento das cantinas públicas com produção local da Agricultura Familiar
- Criação e dinamização de feiras e mercados locais
- Fim das injustiças na distribuição das ajudas
- Alteração do PEPAC e reversão dos cortes nas ajudas à Agricultura Familiar

O "Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares" assinado pelo Primeiro-Ministro, CAP e APED, para a eliminação do IVA num conjunto de produtos alimentares, não garante apoios para a pequena e média agricultura, não valoriza a produção nacional (grande parte daqueles produtos são importados), não garante uma justa distribuição do valor ao longo de toda a fileira, e por isso a CNA não o subscreveu.

É um acordo que não pede nenhum sacrifício à grande distribuição ou aos intermediários na cadeia agroalimentar, está longe de assegurar o alívio financeiro às famílias, perpetua e até agrava a situação de dificuldades e perda de rendimento dos agricultores.

Esta situação não será de todo

alheia ao anúncio feito por parte de duas empresas – um dia após a assinatura do "acordo" – de redução no preço por litro de leite pago à produção, sem repercussões visíveis nos preços ao consumidor.

Além disso, o acordo incorpora elementos de desconsideração por organismos oficialmente constituídos. Ao criar uma comissão de acompanhamento onde se refere os preços dos produtos está a desrespeitar todo o trabalho realizado ao nível da PARCA, organismo que teria a legitimidade para o fazer.

Mesmo a própria reprogramação do PEPAC em curso passará a ser discutida por esta comissão, entrando em claro conflito com a Comissão Nacional de Acompanhamento do PEPAC, também recentemente constituída e legalmente reconhecida.

Desde a sua fundação, há 45 anos, que uma das lutas centrais da CNA passa pela reclamação de preços justos à produção, como forma de garantir uma vida digna para quem trabalha a terra, a vitalidade dos territórios rurais, alimentos saudáveis e acessíveis para todos e a Soberania Alimentar do país.

Até o Governo ter quebrado as negociações, a CNA apresentou propostas concretas com vista à concretização desses objectivos.

O compromisso que assumimos perante o país é de continuarmos, com as nossas Filiadas e sempre com os Agricultores, a lutar pela concretização das nossas propostas, certos de que, com vontade política e com outras e melhores políticas agrícolas e de mercados, é possível criar condições para o escoamento da produção nacional a preços justos para agricultores e consumidores.



CNA E FILIADAS EM JORNADA DE CONTACTO COM A POPULAÇÃO

■ A 17 de Abril, data em que se assinala o Dia Internacional da Luta Camponesa, a CNA e Filiadas iniciaram uma Jornada de Contacto com a População, em diversas regiões do país, a reclamar preços justos para quem produz, alimentos de qualidade e acessíveis à população e contra a "ditadura" da grande distribuição!
Do Minho ao Algarve, foram colocadas faixas com reclamações e distribuídos folhetos à população, sensibilizando para a importância de defender os modelos de produção e consumo sustentáveis e de proximidade, baseados na Agricultura Familiar e na Soberania Alimentar.

A jornada decorreu junto a hipermercados, em mercados locais, com conferências de imprensa, no atendimento aos agricultores que se deslocam às suas associações, e continuará no centro da acção e iniciativa da CNA e Filiadas em defesa da Agricultura Familiar.

Assembleia Geral da CNA discute situação da agricultura

A Assembleia Geral da CNA reuniu-se a 26 de Março, na sede da Confederação, em Coimbra tendo aprovado, por unanimidade, o relatório de actividades e as contas da Direcção relativas ao ano de 2022.

Com delegados de muitas regiões do país, a Assembleia Geral da CNA foi eco de preocupações sobre os problemas que se têm vindo a adensar sobre a Agricultura Familiar.

Os preços baixos na produção, os prejuízos causados por javalis, a demora na concretização das eleições para a Casa do Douro, a falta de vontade do Governo de implementar o Estatuto da Agricultura Familiar e o caos instalado nas candidaturas às ajudas da PAC que, só por si, são fortemente penalizadoras da Agricultura Familiar, foram alguns dos assuntos abordados e que exigem a contínua atenção e intervenção da CNA.

A degradação dos rendimentos dos agricultores, devido à especulação com os preços dos alimentos e dos factores de produção, motivou uma prolífera discussão na Assembleia Geral da CNA, da qual resultou a reafirmação da necessidade de persistir na luta em defesa dos pequenos e médios agricultores e por uma alimentação saudável e sustentável para todos.

Desta discussão resultaram a concretização da Jornada de Contacto com a População, por ocasião do Dia Internacional da Luta Camponesa, e linhas orientadoras para a acção da CNA e Filiadas no futuro próximo, quer a nível institucional, quer na rua, junto dos agricultores e da população.



25 DE ABRIL, SEMPRE!

■ A CNA participou na Manifestação Popular do 25 de Abril em Coimbra, em defesa da Agricultura Familiar, da Soberania Alimentar e em defesa da Democracia!
O novo sol que nasceu sobre as cidades e sobre os campos, na manhã de 25 de Abril de 1974, despoletou a organização e a luta junto dos agricultores e populações rurais, em torno da defesa de direitos e da resolução de problemas concretos, melhorando significativamente as condições de vida e de trabalho dos agricultores e do povo português em geral.
A CNA, criada em 1978, agregou um vasto número de organizações dando-lhes uma dimensão nacional de proposta, reclamação e luta!
Hoje e sempre, a luta continua!
25 de Abril, sempre!



DIETA MEDITERRÂNICA: MUITO MAIS DO QUE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL!

Com cada vez mais apoios de diversos sectores e dos consumidores e num crescente movimento pelo reconhecimento da necessidade duma alimentação de proximidade, com os nossos produtos, em defesa do nosso património e da nossa Soberania Alimentar, a CNA continuará uma acção militante e reivindicativa até à consagração de um Estatuto da Agricultura Familiar.

RESOLUÇÃO DO 9.º CONGRESSO DA CNA, 6 DE NOVEMBRO DE 2022

POR ÂNGELA DIAS, CRISTIANA LOPES E RITA PAIVA

Co-financiado por:
PDR2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa investe nas Zonas Rurais

DIETA MEDITERRÂNICA: MUITO MAIS DO QUE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL!



■ A missão do sector agrícola é o fornecimento de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente às populações respondendo às suas necessidades, com base na cultura, na tradição e no ambiente. São estes os ingredientes da dieta de um povo.
Neste artigo abordamos a dieta dos povos que vivem nas margens do Mar Mediterrâneo, a Dieta Mediterrânica, reconhecida como Património Cultural Imaterial e Intangível, em 2013, pela UNESCO. Actualmente, perante a decrescente adesão à Dieta Mediterrânica, urge a necessidade da sua preservação enquanto recurso privilegiado para o desenvolvimento sustentável, de promoção da produção e do consumo locais, assim como significa um real combate à insegurança alimentar e à desnutrição na região do Mediterrâneo.

> *"Dieta sustentável, um padrão alimentar e um estilo de vida saudáveis, baseada no consumo abundante, diversificado e sazonal de alimentos de origem vegetal de produtos locais e sazonais, pouco ou nada processados, a par de um consumo frugal de alimentos de origem animal e de um consumo de gorduras saudáveis como o azeite, confecionados segundo a gastronomia tradicional e com apelo à actividade física e ao convívio à mesa como um traço cultural distintivo."*
>
> **FONTE: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**

A DIETA MEDITERRÂNICA

■ Com mais de 5 mil anos, a Dieta Mediterrânica, mais do que um padrão alimentar, é um estilo de vida. A sua abrangência vai dos modelos de produção de alimentos à sua transformação, confecção e formas de consumo, passando por outras esferas da vida pessoal (como é exemplo a actividade física regular) ou colectiva, como o contexto cultural, paisagístico e social (Lamy *et al.*, 2022).

A PRODUÇÃO E A ALIMENTAÇÃO

■ Apesar da diversidade dos Povos do Mediterrâneo, há pontos em comum. No que respeita à produção agrícola, os alimentos que sustentam a Dieta Mediterrânica são tipicamente produzidos sem recurso a abordagens intensivas.

Já no consumo são privilegiados os produtos produzidos localmente e da época (Lamy *et al.*, 2022), nos quais têm destaque os produtos vegetais, abundando as hortícolas e as frutas, os cereais não refinados, as leguminosas e os frutos secos. Também abrange o consumo de produtos de origem animal em que são privilegiados os produtos lácteos e o peixe (restrito a 3 ou 4 doses por semana) e o consumo ocasional de carnes vermelhas. As refeições são tipicamente regadas com a gordura vegetal de eleição, o azeite, temperadas com condimentos e acompanhadas com vinho, que, no caso português, é aceite com um consumo moderado. O consumo de açúcares é baixo e ocasional, normalmente associado a festas e celebrações (Lamy *et al.*, 2022).

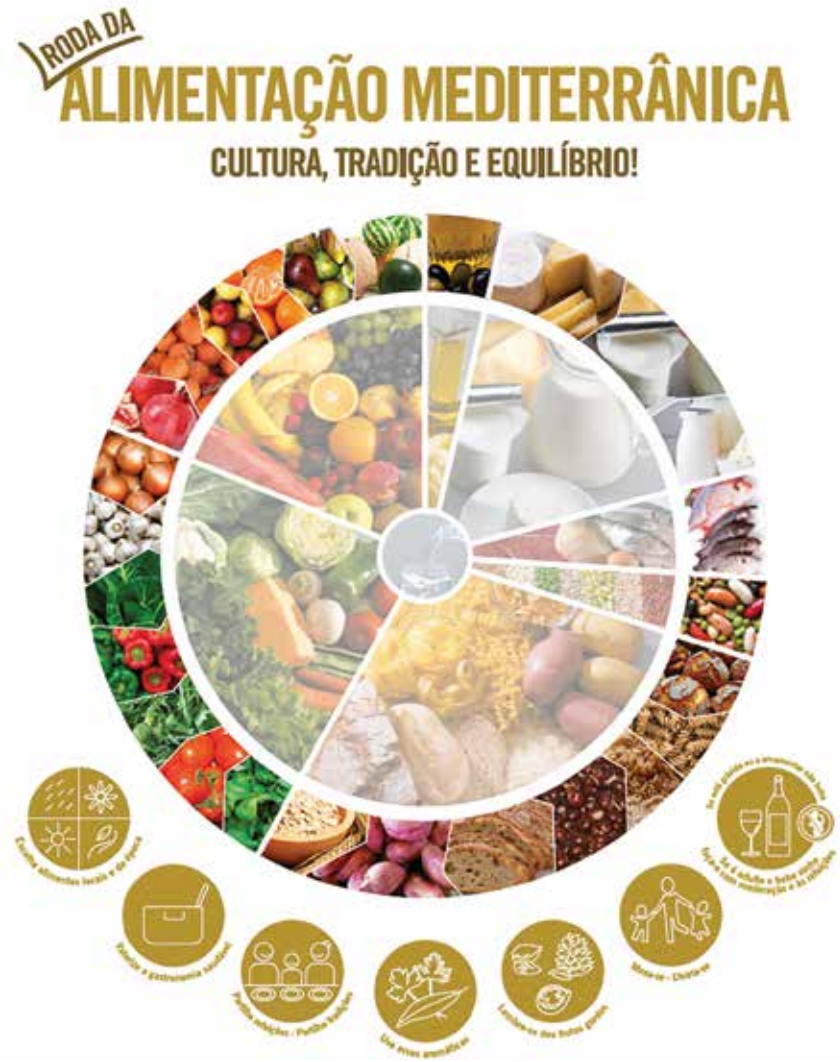


Figura 1 – Nova roda da Dieta Mediterrânea [PNPAS, 2023].

QUAIS OS PRINCIPAIS ALIMENTOS PRESENTES NA DIETA MEDITERRÂNICA?

"O modelo nutricional desta dieta permaneceu constante através do tempo e do espaço, os ingredientes principais são o azeite da oliveira, os cereais, as frutas e verduras frescas ou secas, uma proporção moderada de carne, peixe e produtos lácteos, abundantes condimentos e cujo consumo à mesa é acompanhado de vinho ou infusões, respeitando sempre as crenças de cada comunidade."

FONTE: UNESCO

DECRÉSCIMO DA ADESÃO À DIETA MEDITERRÂNICA

■ O abandono de hábitos tradicionais e o surgimento de novos estilos de vida, associados às mudanças socioeconómicas, representam uma ameaça à preservação e transmissão às futuras gerações do património que representa a Dieta Mediterrânica. Segundo o relatório de "Estatísticas e Tendências" da Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) (FAOa, 2021 e FAOb, 2021) há uma diminuição de adesão à Dieta Mediterrânica nos países da região. Tal é verificado pelo aumento de obesidade nos adultos na última década, com maior taxa de incidência na Jordânia (35,5%), no Egipto (32%), em Espanha (26,6%) e em Portugal (24%) comparativamente com a média global (13,1%). A FAO aponta como factores desencadeadores a tendência para vidas mais urbanizadas e as mudanças de estilo de vida que proporcionam, por exemplo, a diminuição do tempo



disponível para cozinhar ou planear uma alimentação regular e equilibrada. Esta situação leva à procura de soluções mais rápidas, como as refeições ultraprocessadas e pré-cozinhadas, embaladas e de maior durabilidade. Importa reforçar que a maior descida na adesão à Dieta Mediterrânica foi nos países europeus, em especial os que sofreram maior "ocidentalização" (especialmente no pós-Guerra) com o aumento do consumo de carne, açúcar e de óleos vegetais que não o azeite (Willet *et al.*, 1995). Por outro lado, e em contraponto à obesidade, os países de Leste na região apresentam níveis de subnutrição preocupantes, especialmente em crianças, numa média de 18%, com destaque para o Afeganistão (25%), o Sudão (30%) ou o Iémen (40%).

A diminuição da adesão à Dieta Mediterrânica tem implicações profundas no sistema e na segurança alimentar, na saúde das populações e na pegada ambiental (Scoullos, 2021).

E EM PORTUGAL?



■ Segundo o Inquérito Alimentar Nacional e de Actividade Física (Lopes *et al.*, 2017), cerca de 69% dos portugueses adoptam a Dieta Mediterrânica (27,8% manifestam adesão elevada e 41,4% adesão moderada).

Um estudo de 2020 (Gregório et al., 2020) indica que a adesão à Dieta Mediterrânica é maior nas mulheres (33% contra 19% nos homens) e nos mais jovens, entre os 15 e os 34 anos, em contraponto com os mais idosos com mais de 65 anos (33% contra 19%). O estudo aponta ainda que desde 2016 houve um aumento de adesão global de 15%.

Quando se analisam os alimentos onde a percentagem de inadequação do consumo (consumo em quantidade inferior às recomendações) é superior, podem ser destacadas as leguminosas (69% dos inquiridos com um consumo de leguminosas inferior a 3 vezes por semana), os hortícolas (52% dos inquiridos com um consumo inferior a 2 porções por dia), a fruta (61% dos inquiridos com um consumo inferior a 3 porções por dia) e os frutos secos oleaginosos (61% dos inquiridos com um consumo inferior a 3 porções por semana) (Gregório et al., 2020).

Em termos das dificuldades de maior adesão, os inquiridos apresentavam como principal motivo o facto de não gostarem do sabor de leguminosas, hortícolas, frutos gordos e da sopa e, no caso do azeite e do peixe, a razão apontada é o preço (Gregório *et al.*, 2020).

AUMENTAR EM 20% A ADESÃO DA POPULAÇÃO À DIETA MEDITERRÂNICA

■ Tendo em conta este cenário, a Agenda Terra Futura definiu como meta o aumento em 20% de adesão da população à Dieta Mediterrânica até 2030, isto é, que no fim da década 9 em cada 10 pessoas adoptem a Dieta Mediterrânica (RCM, 2020). Esta meta cumpre com a Intenção Estratégica "Mais Saúde", que pretende alcançar uma população mais saudável suportada num sistema alimentar mais saudável e sustentável, de maior consciência da qualidade alimentar, segurança e equilíbrio nutricional e pela valorização do consumo dos produtos de época, dos pequenos ruminantes autóctones e das cadeias curtas de distribuição, bem como a promoção do uso responsável dos antimicrobianos em agropecuária (RCM, 2020).

A meta está alicerçada no Eixo I.1 Promoção da Dieta Mediterrânica e de uma alimentação equilibrada, diversificada e sustentável, que apresenta como objectivos:

- Fomentar o consumo dos produtos nacionais, regionais e locais e garantir a sua autenticidade, em equilíbrio com os princípios da Dieta Mediterrânica.
- Promover e valorizar os produtos endógenos, os produtos de qualidade certificada e a Dieta Mediterrânica.
- Educar para uma alimentação saudável e sustentável.
- Combater o desperdício alimentar.





EM QUE MEDIDA A PRODUÇÃO NACIONAL CONTRIBUI PARA A DIETA MEDITERRÂNICA?

■ De seguida apresentamos alguns dados estatísticos, referentes ao grau de autoaprovisionamento[1], que relacionam a produção nacional e as necessidades de consumo de produtos símbolo da Dieta Mediterrânica. Segundo o Gabinete de Políticas e Planeamento do Ministério da Agricultura e Alimentação (GPP, 2016), o conceito de grau de autoaprovisionamento traduz-se "na capacidade de um país satisfazer as necessidades de consumo de bens alimentares da sua população, através da respectiva produção interna e/ou da importação de bens alimentares financiados pelas correspondentes exportações". Este conceito relaciona as duas dimensões, mas não garante, objectivamente, que aquilo que consumimos é, efectivamente, por nós produzido. Assim, pode haver produções em que exportamos mesmo tendo necessidades de consumo e que, simultaneamente, importamos para alimentar a população.

[1] **Grau de auto-aprovisionamento:** Quociente traduzido em percentagem, dado pela razão entre a produção interna (exclusivamente obtida a partir de matérias-primas nacionais) e a utilização interna total; mede, para um dado produto, o grau de dependência de um território, relativamente ao exterior (necessidades de importação) ou a sua capacidade de exportação (INE, 2023).

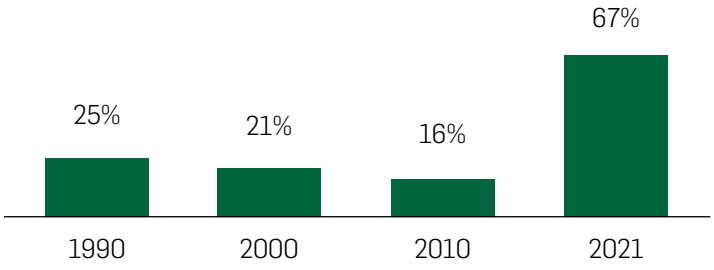


Figura 2 – Grau de autoaprovisionamento de Gorduras e óleos (INE, 2021).

Gorduras e óleos

▶ Há uma reversão positiva associada ao aumento exponencial da produção de azeite em sistemas de produção mais intensificados, em detrimento do Olival Tradicional.

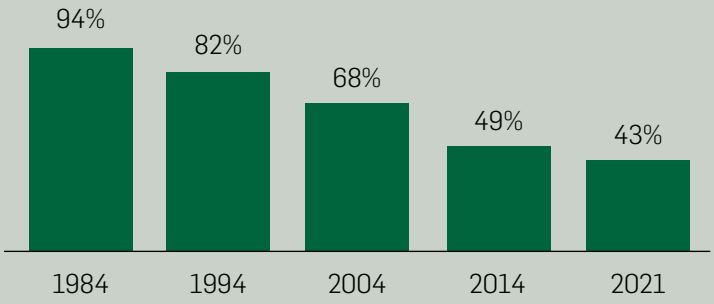


Figura 3 – Grau de autoaprovisionamento de Batata (INE, 2021).

Batata

▶ Decréscimo acentuado nas últimas décadas. A batata foi das produções mais afectadas pela baixa de preços à produção e liquidou explorações agrícolas. Em Julho de 2017 o preço pago à produção era de cerca de 0,05€/Kg[2].

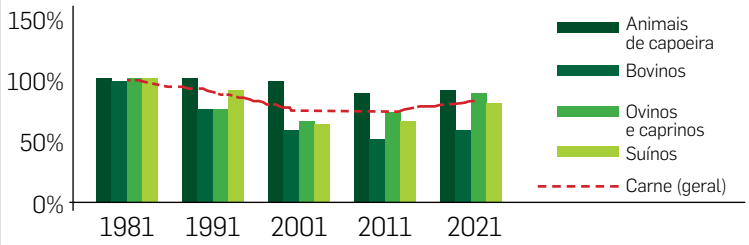


Figura 4 – Grau de autoaprovisionamento de Carne: Animais de capoeira, bovinos, ovinos e caprinos e suínos e carne geral (INE, 2021).

Carne[3]

▶ Progressiva diminuição, invertida nos últimos 10 anos, em especial com o aumento do grau de autoaprovisionamento de Ovinos, Caprinos e Suínos. Em 2021, estimou-se que a produção total de carne que rondou as 911 mil toneladas de carne.

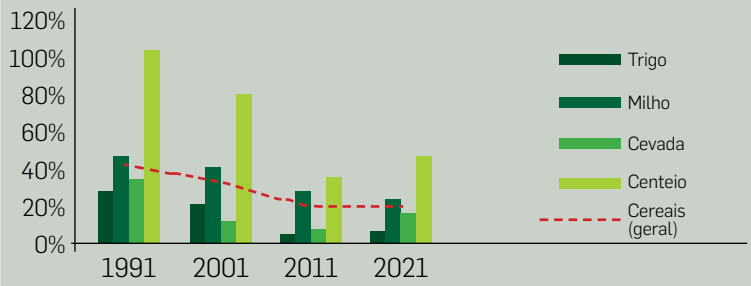


Figura 5 – Grau de autoaprovisionamento de Cereais: Trigo, Milho, Cevada, Centeio e Cereais – geral (INE, 2021).

Cereais

▶ São conhecidos os baixos graus de autoaprovisionamento de cereais em Portugal, especialmente quando falamos de cereais panificáveis, como o trigo. A produção total de cereais em 2021 foi de cerca de 1 117 410 toneladas.

[2] http://www.agrotec.pt/noticias/precos-da-batata-ao-produtor-rondam-os-0-05-kg/
[3] Todas as partes de animais domésticos, bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves e coelhos, bem como a caça de criação e a caça, próprios para consumo humano.

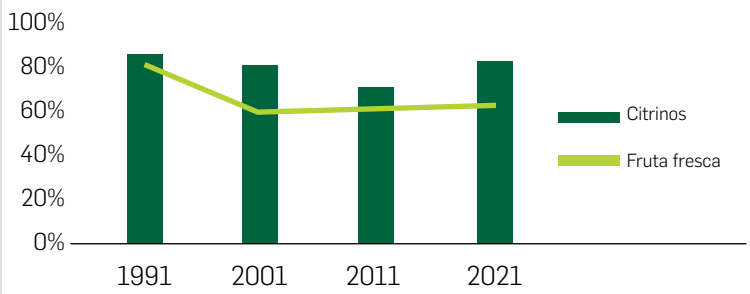


Figura 6 – Grau de autoaprovisionamento de Fruta fresca e o caso específico dos citrinos (INE, 2021).

Fruta fresca

▶ Decréscimo de grau de autoaprovisionamento. A produção total no ano de 2021 foi de 709 241 toneladas, sendo que só de citrinos contamos com 429 855 toneladas (INE, 2021).



Figura 7 – Grau de autoaprovisionamento de Hortícolas (INE, 2021).

Hortícolas[4]

▶ Elevados graus de autoaprovisionamento de hortícolas.

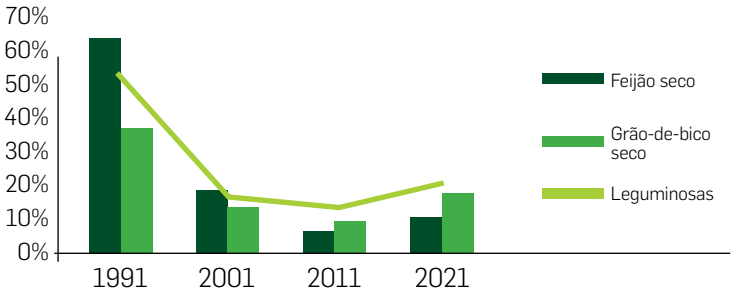


Figura 8 – Grau de autoaprovisionamento de Leguminosas (INE, 2021).

Leguminosas

▶ A produção total de leguminosas em 2021 foi de cerca de 6 459 toneladas (INE, 2021).

[4] Último ano em que há dados disponíveis no INE.

DIETA MEDITERRÂNICA COMO ALIADA DO AMBIENTE

■ A bacia do Mediterrâneo é um importante centro de diversidade biológica (Heywood, 1998), sendo um dos oito centros de origem e diversidade de plantas cultivadas com mais de 80 culturas listadas (Vavilov, 1951).
Contudo, esta diversidade está ameaçada.
O processo de superintensificação da produção da agricultura com práticas de homogeneização do cultivo, da superexploração dos recursos naturais, pela mecanização e mudanças nos estilos de vida, afectam os sistemas de produção tradicionais em toda a área do Mediterrâneo e reduzem o espectro da biodiversidade. No início do século XXI estimava-se que apenas 10% das variedades cultivadas no passado continuavam a ser cultivadas, sendo muitas das variedades locais substituídas por um pequeno número de variedades melhoradas não nativas (Millstone e Lang, 2008).
Por outro lado, o desaparecimento de corredores ecológicos e a homogeneização da paisagem ameaçam a sobrevivência e a reprodução de inúmeras espécies silvestres, muitas delas com importância económica (Zurayk, 2012). Cerca de 18% das espécies mediterrânicas estão ameaçadas de extinção, estimando-se que apenas 5% da vegetação original permaneça relativamente intacta na região mediterrânica. A perda de diversidade agrícola pode ameaçar a segurança alimentar e a subsistência das populações que vivem na região (Laciringame C. *et al.*, 2017).
Segundo o 4.º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPPC, na sigla em inglês) (2007), o Mediterrâneo é também uma das regiões do mundo mais ameaçadas pelas alterações climáticas, sendo a região classificada como um *Hotspot*, situação que terá, certamente, implicações para a agricultura e a segurança alimentar.
Serão cada vez mais comuns a deterioração da qualidade e escassez de água, a degradação do solo, as perdas de produção vegetal e animal, acompanhadas da tendência de alterações do uso do solo, em especial com o crescimento da pressão urbanística.
Dos cerca de 243 milhões de hectares para a agricultura na região do Mediterrâneo, cerca de 63% estão localizados nas margens a Sul, mas apenas 39% são considerados terras aráveis.
Estes riscos podem ser minimizados de diversas formas e a Dieta Mediterrânica tem um contributo a dar nesse sentido.
Um estudo recente analisou o impacto da Dieta Mediterrânica no clima, com base na análise das Dietas Alimentares em sete países mediterrânico[5] e outros 21 países da UE-28 em 2017.
Os resultados demonstraram que o padrão ideal de Dieta Mediterrânica provoca a emissão de 2,3 kg de CO_2 equivalente[6] ($CO2_{eq}$), o que coloca a Dieta em linha com as metas para o clima. Contudo, as emissões associadas ao consumo de alimentos nos países mediterrânicos divergem fortemente da Dieta Mediterrânica ideal. O estudo indica como factor diferenciador o consumo de carne.
Assim, os resultados deste estudo apoiam o papel positivo que a Dieta Mediterrânica poderia ter nas metas de mitigação climática da União Europeia se fosse totalmente adoptada pelos cidadãos mediterrâneos (Castaldi *et al.*, 2022).

[5] Chipre, Croácia, Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Malta.
[6] O dióxido de carbono equivalente (CO2e) é uma medida internacional que tem como finalidade estabelecer a equivalência entre todos os gases com efeito de estufa (GEE) e o dióxido de carbono (CO2).



AGRICULTURA FAMILIAR E DIETA MEDITERRÂNICA

■ Apesar das muitas transformações que a Agricultura Portuguesa tem sofrido, com o crescimento das grandes empresas agrícolas nas últimas décadas, a Agricultura Familiar, tipicamente de pequena e média dimensão, continua a ser maioritária.

É neste modelo de organização do trabalho agrícola que, por exemplo, são produzidos os produtos endógenos que nos distinguem e contribuem fortemente para a Dieta Mediterrânica. A produção na exploração agrícola familiar não está focada na produção de valores de troca, mas também de uso, como o autoconsumo, e por isso também é bastante diversificada (Barros, V. 2020)[7]. No conceito de diversidade importa salientar a importância que desempenha a Agricultura Familiar também na preservação e selecção de sementes tradicionais e camponesas, normalmente as mais bem adaptadas ao território e mais resistentes, e por isso com um contributo inigualável para a adaptação do sector às alterações climáticas.

O contributo da Agricultura Familiar para a Dieta Mediterrânica coloca-se ainda ao nível do território, nomeadamente nos territórios com menor densidade populacional, em especial no Norte e Centro, e do seu potencial de revitalização dos territórios rurais (Barros, V. 2020).

Esse contributo assenta também nas suas características de organização, gestão e modelos de produção na exploração agrícola (ex. sistemas policulturais, Olival Tradicional) e na forma de comercialização, nomeadamente através de cadeias curtas de abastecimento como são exemplo os mercados.

Foi a Agricultura Familiar e o Mundo Rural, alicerçados nos saberes, na cultura e nos modos de vida das populações que, com produtos agrícolas locais adaptados às condições de cada território, foram desenhando a paisagem e moldando a dieta equilibrada e sustentável que se pretende preservar.

[7] "Barros, Vítor (2020) "A Dieta Mediterrânica e a Agricultura Familiar" pag. 19 a 21. Revista do Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica. Dezembro"

EXEMPLOS DE INICIATIVAS NACIONAIS DE PROMOÇÃO DA DIETA MEDITERRÂNICA

O CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA A DIETA MEDITERRÂNICA (CCDM)

■ Desde Julho de 2018 que Portugal tem o Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica (CCDM), que se dedica à pesquisa, partilha e articulação de conhecimento sobre a Dieta Mediterrânica, e agrega agentes de investigação e inovação, formação, capacitação, divulgação e transferência de conhecimento, como agentes económicos e organismos de administração pública, potenciando a respectiva cooperação, a nível nacional e internacional.

CONSELHO DINAMIZADOR PARA A SALVAGUARDA E PROMOÇÃO DA DIETA MEDITERRÂNICA (CDDM)

Em 2019, foi criado através da publicação do Despacho n.º 1939/2019 o Grupo de Acompanhamento para a Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica (GADM). O GADM tem como objectivo realizar acções de sensibilização, de divulgação e de informação relativa à importância do conceito e dos princípios da Dieta Mediterrânica, bem como a defesa e promoção da mesma enquanto relevante manifestação cultural imaterial e identitária portuguesa.

PROJECTO – SALVAGUARDA DA DIETA MEDITERRÂNICA PARA A PROMOÇÃO DE UM ESTILO DE VIDA SAUDÁVEL E MODELO DE SOCIEDADE SUSTENTÁVEL[8]

Liderado pela Câmara Municipal de Tavira, este projecto tem por missão contribuir para a implementação de uma estratégia de salvaguarda, promoção e valorização da Dieta Mediterrânica enquanto Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, e para a sua preservação enquanto herança cultural identitária portuguesa, estilo de vida saudável, padrão alimentar de excelência e importante factor de desenvolvimento dos territórios.

PROJECTO MEDITA "DIETA MEDITERRÂNICA PROMOVE SAÚDE"[9]

Visa promover hábitos de vida mais saudáveis nos jovens da região do Algarve, nas crianças e jovens da Região da Andaluzia, tendo por base o conceito da Dieta Mediterrânica, de forma a melhorar os hábitos alimentares, o estado de saúde e promover o combate à obesidade.

TERRITORIALMED: SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DA DIETA MEDITERRÂNICA[10]

Liderado pela Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), tem como objectivo reforçar a estratégia nacional para a salvaguarda e a valorização da Dieta Mediterrânica, desenvolvendo uma intervenção alargada a todo o território nacional, mas com incidência e adequação a cada região do país envolvendo os diversos agentes com ligação à Dieta Mediterrânica, nomeadamente agricultura, alimentação, saúde, turismo, autarquias, investigação, comunidade escolar, associações de desenvolvimento local e agentes económicos.

---

[8] Consulte mais informação sobre o projecto aqui: https://inovacao.rederural.gov.pt/projetos/projetos-rrn/37-projetos-rrn/942-salvaguarda-da-dieta-mediterranica-para-a-promocao-de-um-estilo-de-vida-saudavel-e-modelo-de-sociedade-sustentavel.

[9] Consulte mais informação sobre o projecto aqui: https://www.projetomedita.eu/sobre-o-medita.html

[10] Consulte mais informação sobre o projecto aqui: https://inovacao.rederural.gov.pt/37-projetos-rrn/949-territorial-med-salvaguarda-e-valorizacao-da-dieta-mediterranica



BIBLIOGRAFIA:

Barros, V. (2020). "A Dieta Mediterrânica e a Agricultura Familiar." Revista do Centro de Competências para a Dieta Mediterrânica. Páginas 19 a 21. Dezembro.

FAOa (2021) Europe and Central Asia – Regional Overview of Food Security and Nutrition 2021: Statistics and trends. Budapest, FAO. https://doi.org/10.4060/cb7493en

FAOb (2021) Near East and North Africa – Regional Overview of Food Security and Nutrition 2021: Statistics and trends. Cairo, FAO. https://doi.org/10.4060/cb7495en

Lamy E., Conceição C., Lucas MR., Capela e Silva F. (2022). Alimentação saudável e sustentável: o papel da Dieta Mediterrânica. In Collares-Pereira M (Coord.) Desenvolvimento Sustentável: Verdade e consequências. 1º edição. Documenta, Rua Passos Manuel, Lisboa. ISBN 978-989-8833-86-0, pp.133-166. https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/34255

Willett (W.C.), Sacks (F.), Trichopoulou (A.), Drescher (G.), Ferro-Luzzi (A.), Helsing (E.) and Trichopoulos (D.) (1995), Mediterranean Diet Pyramid: A Cultural Model for Healthy Eating, The American Journal of Clinical Nutrition, 61, pp. 1402S-1406S.

Scoullos, M., Malotidi, V., Farnese, M., Bicocci, R., Salman, N., Atrash, I., Elhir, S., Ftouhi, M., Reda, M., Ahmadein, G. 2021. Mediterranean Food – Our legacy, Our Future: A resource handbook to promote intercultural dialogue and sustainability through the Mediterranean Food & Diet. Athens, MIO-ECSDE. https://bit.ly/3zqaYr4

Lopes C, Torres D, Oliveira A, Severo M, Alarcão V, Guiomar S, Mota J, Teixeira P, Rodrigues S, Lobato L, Magalhães V, Correia D, Carvalho C, Pizarro A, Marques A, Vilela S, Oliveira L, Nicola P, Soares S, Ramos E. Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física, IAN-AF 2015-2016: Relatório de resultados. Universidade do Porto, 2017. ISBN: 978-989-746-181-1. Disponível em: www.ian-af.up.pt.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020. D.R. I Série. 199 (2020-10-13) p. 38-59. Dre.pt. (2023). [Online] Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/86-2020-145102353

Gabinete de Políticas e Planeamento. 2016. Equilíbrio da Balança Alimentar – fator de sustentabilidade da economia nacional – O caso dos cereais. Apresentação Dia do Agricultor. Elvas. 31 de Maio

PNPAS (2023). *Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável*. Direção-Geral da Saúde. [Online] Consulte em https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/roda-dos-alimentos-mediterranica/

Instituto Nacional de Estatística (2023). Conceito: Grau de autoaprovisionamento. | ine.pt. (Consultado a 21 de Março de 2023). [Online] Disponível em: https://smi.ine.pt/Conceito?clear=True

Instituto Nacional de Estatística (2021). Grau de autoaprovisionamento de produtos agrícolas. | ine.pt. (Consultado a 10 de Março de 2023). [Online] Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_bdc_tree&contexto=bd&selTab=tab2

Heywood V.H., 1998. *The Mediterranean region. A major centre of plant diversity*. In: Heywood VH, Skoula M (eds). Wild food and non-food plants: information networking". Proceedings of the II MEDUSA Regional Workshop (1-3 may 1997, Port El-Kantaoui, Tunisia). Cahiers CIHEAM, Options Méditerranéennes; 38:5-15.

Vavilov N.J., 1951. Phytogeographic basis of plant breeding – The origin, variation, immunity and breeding of cultivated plants. Chronica Bot; 13: 1-366.

Millstone E., Lang T., 2008. The Atlas of Food. Earthscan, second edition, London.

Zurayk R, 2012. Can sustainable consumption protect the Mediterranean landscape? In Mediterra 2012.

Castaldi, S., Dembska, K., Antonelli, M. et al. 2022. The positive climate impact of the Mediterranean diet and current divergence of Mediterranean countries towards less climate sustainable food consumption patterns. In: Scientific Reports 12, 8847. Nature. https://doi.org/10.1038/s41598-022-12916-9

Lacirignola C., Capone R., El Bilali H., Debs P., Cardone G.L., Driouech N., Dernini S., Burlingame B., Gitz V., Meybeck A. (2017) *Priority 5: Mediterranean food cons umption patterns: diet, environment, Society, economy and health*. n. 120 pages 139- 184 http://om.cih eam.org/article.php?ID PD F=00007 1 9 4

Gregório M., Sousa S., Chkoniya V. e Graça, P. (2020). Estudo de adesão ao padrão alimentar Mediterrâneo. Direcção Geral da Saúde. Lisboa. ISBN: 978-972-675-311-7



BOLETIM DE PREÇOS

SEMANA DE 06/03/2023

Produto	€ Preço origem	€ Preço destino	€ Diferença	% Diferença
Cenoura	0,78 €	1,09 €	0,31 €	40%
Courgette	1,46 €	2,09 €	0,63 €	43%
Kiwi	1,69 €	2,39 €	0,70 €	42%
Laranja	**0,41 €**	**1,17 €**	**0,76 €**	**185%**
Limão	**0,60 €**	**1,36 €**	**0,76 €**	**127%**
Pera	1,00 €	1,66 €	0,66 €	66%
Courgette	1,46 €	2,09 €	0,63 €	43%

Fonte dos Preços na Origem: Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA)/ GPP
Fonte dos Preços no Destino: Consulta a vários pontos de venda / grandes superfícies

Preços apresentados em €/kg.

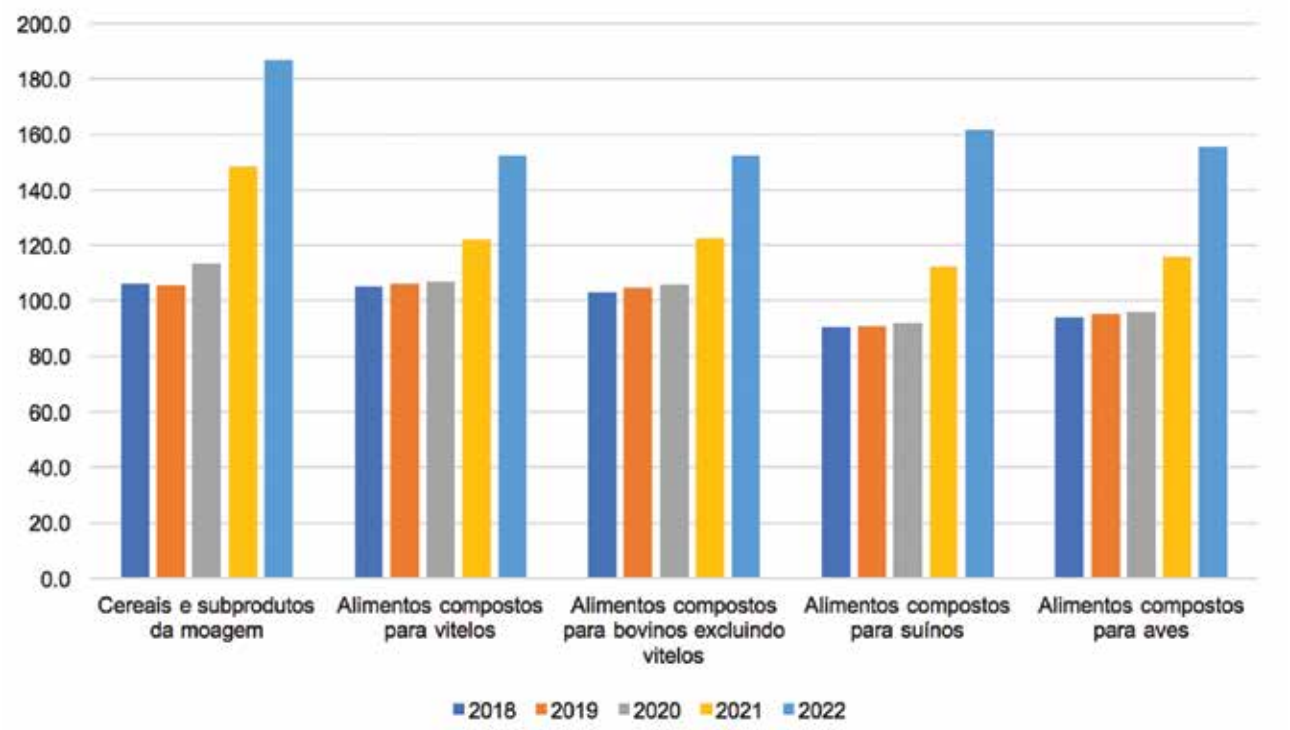
Co-financiado por:
PDR2020 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas Zonas Rurais

ÍNDICE DE PREÇOS DOS ALIMENTOS PARA ANIMAIS

■ Tal como outros meios de produção na agricultura, os preços da alimentação animal estão numa linha ascendente, que se acentuou nos últimos dois anos, particularmente em 2022.

As secas cada vez mais intensas e frequentes, como a que estamos a assistir pelo segundo ano consecutivo, prejudicam as culturas, incluindo as pastagens e o desenvolvimento de forragens.

Os produtores de gado veem-se obrigados a adquirir mais alimentação fora das suas explorações e as despesas aumentam, não se reflectindo, na totalidade, no preço a que vendem a produção, conforme demos nota na edição anterior da Voz da Terra.



Fonte dos dados: *Índice de preços dos meios de produção na agricultura – Alimentos para Animais (100=2015), INE, 2018 a 2022*

Agricultores do Vale do Pranto manifestaram-se em Lisboa

Dezenas de agricultores do Vale do Pranto (Figueira da Foz) manifestaram-se em Lisboa, a 24 de Março, junto ao Ministério do Ambiente, para reclamar obras urgentes nas comportas do Rio Pranto, de modo a impedir a entrada de água salgada naquele afluente do Rio Mondego que acaba por danificar os campos de arroz.



Na ausência do Ministro do Ambiente, uma delegação da Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO) e da Junta de Freguesia do Alqueidão foi recebida em audiência pela Chefe de Gabinete e pelo Adjunto do Secretário de Estado do Ambiente.

No encontro entregaram um documento onde expõem os seus principais problemas e reiteram a necessidade de reparação das comportas danificadas há quase quatro anos.

A entrada de água salgada nos cerca de dois mil hectares de arroz da região tem causado perdas na produtividade e nos rendimentos dos agricultores, contribuindo para a diminuição desta produção que tem um lugar de peso nas mesas do país (Portugal é o maior consumidor de arroz da Europa).

A ADACO reclama, por isso, que sejam concretizadas urgentemente as obras de reparação das estruturas, para que no próximo ano os agricultores não tenham de voltar a confrontar-se com mais perdas de produção.

RECLAMAÇÕES DOS AGRICULTORES:

- Realização imediata das obras para a instalação de comportas no Rio Pranto, para impedir a entrada de água salgada naquele afluente do Rio Mondego.
- Apoios compensatórios aos produtores de arroz daquela região por perdas pela salinização dos campos, enquanto as obras não estiverem concluídas.
- Prioridade às obras de emparcelamento no Vale do Pranto, não esquecendo os outros vales como o Arunca, o Ega e os campos de S. Facundo onde o Emparcelamento Agrícola está prometido há quase 40 anos, e ainda não foi feito.

No distrito de Leiria prosseguem as iniciativas por políticas mais justas para a Agricultura Familiar

A União dos Agricultores do Distrito de Leiria (UADL) tem promovido diversas iniciativas nos concelhos do distrito a alertar para a importância que a Agricultura Familiar tem para a região e para o país.

Os pequenos e médios agricultores do distrito denunciam enormes injustiças na atribuição de ajudas públicas, que são canalizadas, na sua maioria, para as grandes explorações do agro-negócio.

"É necessário que os grandes proprietários absentistas, dos muitos milhões que recebem dos fundos comunitários, passem a receber bastante menos, para que os pequenos e médios agricultores possam ter mais apoios para cultivar as suas terras e viver com dignidade. Trata-se de uma reclamação justa", afirma a UADL, num documento saído de uma concentração de agricultores realizada a 31 de Março junto ao Mercado de Porto de Mós e dirigido ao presidente da Câmara local, com pedido de conhecimento ao Ministério da Agricultura, ao Primeiro-Ministro e à Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

Noutra acção decorrida a 4 de Março junto ao Mercado de São Mamede, concelho da Batalha, os agricultores, além da injustiça na atribuição de apoios públicos denunciaram a falta de resolução dos prejuízos causados nas culturas por animais selvagens, reclamaram a regulação dos custos dos factores de produção e a manutenção das Direcções Regionais da Agricultura e delegações locais.

ENCONTRO DE AGRICULTORES EM ANSIÃO

A 26 de Março, a UADL promoveu um Encontro de Agricultores em Santiago da Guarda, Ansião, para debater os problemas e necessidades dos produtores locais. Contando com a participação do Secretário de Estado da Agricultura, os agricultores puderam transmitir de viva voz ao representante do Ministério da Agricultura a necessidade urgente de serem implementadas outras e melhores políticas que apoiem a Agricultura Familiar.

ADACB REALIZA SESSÕES DE ESCLARECIMENTO PARA APOIAR AGRICULTORES

A Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB) tem promovido diversas iniciativas com vista a apoiar os agricultores locais na gestão das suas explorações.
A 21 de Abril, em conjunto com a Câmara Municipal do Fundão e com a participação da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho e do Centro de Migrações, realizou-se uma reunião com produtores, no auditório da Zona Agrária, com o objectivo de sensibilizar e esclarecer os produtores para a legislação referente à contratação de trabalhadores (nomeadamente imigrantes).
A 27 de Abril, a sessão foi dedicada ao tema "Organizações de Produtores (OP)" e contou com a presença do chefe de Divisão do Desenvolvimento Rural da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, estando já em fase embrionária a constituição na região de uma OP de cereais, incluindo milho.

23.27 pepac
Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

Uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável

1.º Pilar

Eixo A - Continente
Rendimento e Sustentabilidade

Eixo B - Continente
R.A. Açores | R.A. Madeira
Abordagem Setorial Integrada

- A.1 - Rendimento e Resiliência
- A.2 - Equidade
- A.3 - Sustentabilidade (Ecorregime)
- B.1 - Programa Nacional para Apoio ao Setor da Fruta e dos Produtos Hortícolas
- B.2 - Programa Nacional para Apoio ao Setor da Apicultura
- B.3 - Programa Nacional para Apoio ao Setor da Vitivinicultura

2.º Pilar

Eixo C - Continente
Desenvolvimento Rural

Eixo D - Continente
Abordagem Territorial Integrada

- C.1 - Gestão Ambiental e Climática
- C.2 - Investimento e Rejuvenescimento
- C.3 - Sustentabilidade das Zonas Rurais
- C.4 - Risco e Organização da Produção
- C.5 - Conhecimento
- D.1 - Desenvolvimento Local da Base Comunitária
- D.2 - Programas de Ação em Áreas Sensíveis
- D.3 - Regadios Coletivos Sustentáveis

2.º Pilar

Eixo E - R.A. Açores
Desenvolvimento Rural

- E.1 - Formação e Intercâmbio
- E.2 - Aconselhamento (SAAF)
- E.3 - Investimento Agrícola
- E.4 - Investimento na Transf./Comerc. de Produtos Agrícolas
- E.5 - Desenvolvimento de Infraestruturas
- E.6 - Atenuar Catástrofes
- E.7 - Instalação de Jovens Agricultores
- E.8 - Investimento Florestal
- E.9 - Criação de Organizações de Produtores
- E.10 - Medidas Agroambientais e Climáticas
- E.11 - Medidas Silvoambientais e Climáticas
- E.12 - Zonas com Condicionantes Naturais
- E.13 - Zonas com Desvantagens Específicas
- E.14 - Cooperação PEI
- E.15 - Gestão de Riscos - Seguros
- E.16 - Abordagem Leader

2.º Pilar

Eixo F - R.A. Madeira
Desenvolvimento Rural

- F.1 - Investimentos Agrícolas
- F.2 - Investimentos Florestais
- F.3 - Desenvolvimento Rural
- F.4 - Instalação de Jovens Agricultores
- F.5 - Seguros
- F.6 - Apoio Zonas com Condicionantes Naturais ou Específicas
- F.7 - Pagamentos Natura 2000
- F.8 - Compromissos Agroambientais e Climáticos
- F.9 - Cooperação e inovação
- F.10 - Regimes de Qualidade
- F.11 - Intercâmbio de Conhecimentos
- F.12 - Serviços de Aconselhamento

Março: um mês de luta pelos direitos das mulheres agricultoras e rurais

MULHERES LUTAM PELOS SEUS DIREITOS NO PORTO

■ No âmbito da celebração do Dia Internacional da Mulher, as mulheres agricultoras e rurais marcaram presença na Manifestação Nacional de Mulheres convocada pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), no Porto, no dia 4 de Março.

Sob o lema "Os campos que produzimos têm de produzir direitos", as mulheres afirmaram a defesa do direito a produzir e a alimentar as populações, a viver nas zonas rurais com dignidade e acesso a transportes, serviços de saúde, educação, contra todas as formas de violência que sofrem.

A celebração do Dia Internacional da Mulher a 8 de Março realizou-se pela primeira vez em 1911, após proposta de Clara Zetkin no congresso internacional das mulheres na Internacional Socialista em 1910.



RIERA DE AGRES DISCUTE SITUAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS

■ De 28 a 31 de Março, Riera de Agres (Valência), no Estado espanhol, foi palco de discussão sobre a situação das mulheres agricultoras na Europa e no Mundo.

As organizações da Coordenadora Europeia Via Campesina (ECVC) apresentaram os principais problemas e visões tendo em conta as questões da agroecologia e das mulheres, tendo a CNA apresentado o Estatuto da Agricultura Familiar e a necessidade de definição de medidas de política direccionadas para as mulheres.

Esta foi a primeira acção do Projecto SWIFT (Apoiando a inovação liderada por mulheres em territórios agrícolas), que integra a ECVC, a CNA, EHNE, SLG, OBV e Toekomstboeren.

PARA MAIs MULHERES NO MUNDO RURAL EXIGEM-SE OUTRAS POLÍTICAS

■ A CNA participou no Seminário Internacional que encerrou o projecto MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior, no dia 21 de Abril, no Auditório Municipal do Sabugal.

Para a CNA, o apoio às mulheres que vivem da agricultura e, em especial em territórios do interior, passa pela valorização de modelos de produção sustentáveis, que garantam os direitos camponeses, com base na Agricultura Familiar, e que sejam social, económica e ecologicamente justos: a agroecologia.

O projecto, desenvolvido no âmbito do EEA Grants, foi promovido pelo Instituto Politécnico de Viseu e teve como parceiros a CNA, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a CM de S. Pedro do Sul, a CM do Sabugal, a Associação da Bio-Região (ABRE) de S. Pedro do Sul e a Ruralis.

PAREDES DE COURA E O PAPEL CENTRAL DA MULHER RURAL

■ A CNA participou no passado dia 11 de Março, no II Fórum do Mundo Rural organizado pelo Laboratório Rural de Paredes de Coura, com o tema "Ruralidade, nome feminino". A dirigente da CNA Adélia Vilas Boas, natural do concelho, interveio sobre as questões das Mulheres Agricultoras e Rurais e sobre as especificidades da Agricultura Familiar característica do Alto Minho e onde a mulher tem uma maior representatividade na gestão das explorações agrícolas.

Importância estratégica do Sector florestal exige outras e melhores políticas agro-florestais

Ao assinalar o Dia Internacional das Florestas, a 21 de Março, a CNA reafirmou a necessidade de outras e melhores políticas agro-florestais, capazes de valorizar o sector florestal, que é de enorme importância estratégica para o desenvolvimento do país, nas vertentes económica, ambiental e social.



As constantes práticas de baixos preços na produção têm desvalorizado a correcta exploração florestal que perdeu interesse económico relevante para os pequenos e médios produtores florestais e outros proprietários rurais e, enquanto não se alterar esta situação, não há "gestão activa" da floresta.

Esta é uma das razões pelas quais a CNA repudia as insinuações que responsabilizam os pequenos e médios proprietários florestais e as populações rurais pelo flagelo dos incêndios. Estes não são culpados, são vítimas de décadas de más políticas agro-rurais.

Ao nível dos apoios ao investimento na floresta a CNA repudia a discriminação dos baldios, no Plano Estratégico da PAC – PEPAC, no que toca às majorações previstas, considerando inaceitável a opção do Governo de privilegiar os baldios que estão em co-gestão, em detrimento daqueles que são geridos em exclusivo pelos compartes. Assim como é injustificável a exclusão das áreas baldio nas ajudas da PAC à Agricultura Biológica.

Por sua vez, as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), que alegadamente foram criadas para proteger e potenciar a floresta, não chegam ao minifúndio e não estão a ter o alcance necessário.

Os problemas somam-se e o Governo continua a não querer assumir responsabilidades relativamente aos graves prejuízos causados pelos javalis e outros animais selvagens.

A saída da Floresta do Ministério da Agricultura e a sua passagem para a tutela do Ministério do Ambiente foi um erro que desvaloriza o sector agro-florestal.

Para salvar a floresta e defender o direito das populações e proprietários rurais precisamos de outras e melhores políticas agro-florestais com a indispensável dotação financeira nos Orçamentos do Estado e da União Europeia.

CNA PARTICIPOU NO CONSELHO FLORESTAL NACIONAL

A CNA participou na Reunião do Conselho Florestal Nacional no dia 3 de Março, na Tapada de Mafra.
Na reunião, presidida pelo Ministro do Ambiente e da Acção Climática, foram debatidos temas como a valorização económica da floresta, a prevenção de incêndios, os Mapas de Perigosidade e a metodologia de adaptação das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) pelas Comissões Sub-Regionais de Gestão Integrada de Fogos Rurais e abordada a necessidade de alargar os prazos de funcionamento do Balcão Único do Prédio (BUPI) para georreferenciação e registo gratuito das propriedades rústicas e mistas.

Camponeses de todo o mundo assinalaram dia de luta a 17 de Abril

A 17 de Abril, a Via Campesina e suas organizações-membro, incluindo a CNA, assinalaram por todo o mundo o Dia Internacional da Luta Camponesa.

Em vários países, a Via Campesina denunciou a repressão e a opressão exercidas sobre camponeses, populações e trabalhadores rurais, mulheres, migrantes, indígenas e pequenos pescadores, pelo poder esmagador do sistema económico dominante, assente no grande agronegócio e no comércio liberalizado a larga escala, com o aval de muitos Governos.

No Brasil, durante anos, os camponeses e as comunidades indígenas foram violentamente reprimidos, incluindo assassinatos; na Índia, alterações nas políticas agrárias colocaram os agricultores nas mãos do agronegócio; na Palestina, os camponeses veem as suas oliveiras serem arrancadas e as colheitas confiscadas pelas forças israelitas que lhes retiram o sustento e a terra.

Aqui "mesmo ao lado", em França, a forte violência policial exercida em Março sobre manifestantes que defendiam o acesso à água deixou um rasto de 200 feridos.

A violência sobre os camponeses é exercida nas mais variadas formas, incluindo a económica. A situação actual com os preços dos alimentos, que esmifra consumidores e condena o produtor a ser o elo mais fraco e a empobrecer, também constitui uma forma de violência e acontece em Portugal, razão que levou a CNA a assinalar este dia junto de agricultores e consumidores, como damos conta nas páginas iniciais desta edição.

O MASSACRE DE EL DORADO

O Dia Internacional da Luta Camponesa é comemorado desde 1996 para lembrar o massacre perpetrado em El Dorado do Carajás pelas forças policiais do Brasil que, compactuando com o grande agronegócio, assassinaram 19 camponeses que lutavam pelo direito à terra para produzir.

CNA REPUDIA VIOLÊNCIA EXERCIDA EM FRANÇA

■ A 25 de Março, uma manifestação convocada pela Confédération Paysanne, Les Soulèvements de la Terre e Bassines Non Merci juntou mais de 30.000 pessoas em Sainte-Soline, França, para protestar contra a construção de mega reservatórios de água. A violência policial exercida deixou mais de 200 manifestantes feridos, incluindo duas pessoas em coma e dezenas de outras com traumatismos graves.

Face ao sucedido, a CNA enviou uma carta à Embaixada de França em Portugal a repudiar a utilização da violência pelas forças policiais e a repressão do movimento social em defesa da água e a manifestar profunda solidariedade com a Confédération Paysanne e as demais estruturas que organizaram a manifestação.



A tentativa de silenciar violentamente aqueles que, corajosa e pacificamente, pedem ao Estado para assumir a sua responsabilidade e agir a favor do interesse geral face à emergência climática, ambiental e social é totalmente inaceitável. O direito ao protesto é um direito humano e os governos devem respeitá-lo.

3 a 11 de junho

Feira Nacional de Agricultura
Feira do Ribatejo

FNA23

Superalimentos que estão a mudar o mundo.



CNEMA
SANTARÉM



CNA E FILIADAS EM JORNADA DE CONTACTO COM A POPULAÇÃO

Com outras e melhores políticas agrícolas e de mercados é possível criar condições para escoamento da produção nacional a preços justos para agricultores e consumidores!